opinião

opiniao@jornaldocomercio.com.br

/ PALAVRA DO LEITOR

Trabalho na área de saúde

O fim da escala 6x1 nos hospitais preocupa entidades médicas, que temem os impactos sobre os serviços prestados na área de saúde (Jornal do Comércio, edição de 28/10/2026). Muitos médicos trabalham jornadas de 20 horas, e são contratados mais profissionais para atender a demanda. Pagam salários precarizados com carga horária que adoece as equipes. Precisamos de civilização. Contratem mais e promovam locais saudáveis de trabalho. *(Cristina Correa)*


geral

Fim da 6x1 nos hospitais preocupa entidades

Trabalho na área de saúde II

Não faltam profissionais para trabalhar. O que precisa é que as instituições, principalmente as que atendem pelo SUS, paguem melhor os trabalhadores. *(Karen Medina)*

Trabalho na área de saúde III

Os profissionais da área de saúde vivem em ambientes "pesados". Nada mais justo descansarem. *(Andres Pinto)*

Concurso para o IGP

Cerca de quatro meses após a homologação de um concurso público com 234 vagas imediatas, o Instituto-Geral de Perícias do Rio Grande do Sul (IGP-RS) ainda não realizou a nomeação dos aprovados, cenário que agrava um déficit histórico no quadro de servidores da instituição (JC, 22/10/2026) Ótima reportagem sobre um assunto muito relevante para o Estado. *(Claudete de Azevedo Barcellos)*

Previdência

No dia 21 de outubro, na coluna Palavra do Leitor, chamou minha atenção uma afirmação: "Todas as previdências privadas irão quebrar no futuro. A única garantia é a aposentadoria do Estado." Como educadora financeira, trago algumas reflexões. A afirmação é generalista, alarmista e não pode ser considerada correta como regra geral. No Brasil, temos dois segmentos de previdência complementar: aberta (inclui produtos como PGBL e VGBL, supervisionada pela Susep) e fechada (formada pelos fundos de pensão, supervisionados pela Previc). Algumas entidades de previdência complementar enfrentaram dificuldades financeiras ao longo da história, mas não é tecnicamente adequado concluir que todo o sistema está condenado à falência. A existência de riscos não significa que um cenário de quebra generalizada seja inevitável. A previdência complementar, como qualquer instrumento financeiro, exige análise criteriosa. É fundamental avaliar a solidez da instituição, as características do plano, as taxas cobradas, a política de investimentos e os riscos envolvidos. Educação financeira também é combater a desinformação. Mais do que gerar medo, precisamos oferecer informações que ajudem as pessoas a tomar decisões conscientes sobre o próprio futuro financeiro. *(Patrícia Azevedo, por e-mail)*

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é "Artigo" ou "Palavra do Leitor". Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

Ministério do Idoso: uma excelente notícia

Leandro Minozzo

Saiu na quarta-feira (28/10) na imprensa de todo o País: o Brasil pode ganhar um Ministério do Idoso. Finalmente. Defendo essa ideia há bastante tempo, pois o rápido envelhecimento é um dos maiores desafios sociais do Brasil. Ele vai além da saúde e da previdência: envolve mercado de trabalho, educação adaptada para quem tem mais de 50 anos, lazer, segurança, inclusão digital e participação social. Hoje, são quase 37 milhões de brasileiros com mais de 60 anos, e esse número continua crescendo.

A crítica é quase automática: seria um ministério para gastar mais e empregar mais gente? Não. Precisamos de um ministério diferente, com mais liderança e menos burocracia. Que articule os desafios do envelhecimento, leve o tema à agenda dos outros ministérios e fale diretamente com a Presidência da República.

Hoje, a causa da terceira idade fica em segundo plano, em cargos de segundo e terceiro escalão espalhados pela Esplanada. Tudo é lento e fica para depois. Para que as políticas saiam do papel, é preciso mais articulação e protagonismo no tabuleiro político. Japão, Reino Unido, Canadá e Austrália já criaram estruturas dedicadas ao envelhecimento, porque entenderam que um tema complexo exige liderança.

Para esse papel, um nome se destaca: o senador Paulo Paim. Há décadas, ele é referência na causa dos idosos no Congresso. Liderou o Estatuto da Pessoa Idosa e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, criou a Lei Nacional de Alzheimer e defende com firmeza a justiça previdenciária. Conhece Brasília por dentro, e isso faz diferença. Além disso, nos próximos anos teremos reforma da Previdência e novas relações de trabalho, áreas em que Paim sabe atuar. Um ministro capaz de fazer os outros olharem para o envelhecimento como prioridade, inclusive nos orçamentos.

> Para que as políticas saiam do papel, é preciso mais articulação e protagonismo no tabuleiro político

Precisamos de um primeiro ministro do idoso com experiência e envergadura política, para que as iniciativas saiam do papel, os recursos sejam garantidos e o ministério seja visto como útil por todos os brasileiros, de direita e de esquerda.

Demorou, mas finalmente damos esse passo. Quem sabe com um nome ainda mais ousado: Ministério da Pessoa Idosa e da Longevidade Ativa.

Médico geriatra e professor de medicina da Universidade Feevale

Pisa e o inglês das escolas brasileiras

Maria Cláudia Amaro

Os resultados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) acenderam um alerta sobre a aprendizagem. Com a Inteligência Artificial (IA) na escola, o desafio é garantir que o acesso à informação venha acompanhado da capacidade de interpretar, questionar e construir o próprio raciocínio.

> O inglês amplia o acesso à produção científica, às novas tecnologias, ao Ensino Superior e ao trabalho

A IA resume textos e apresenta respostas em segundos, mas transformar esses recursos em aprendizagem exige bases sólidas e orientação pedagógica. Essa reflexão também vale para o inglês: a tecnologia pode traduzir uma conversa, mas dominar o idioma amplia a autonomia para compreender e dialogar.

Desde 2017, o inglês integra obrigatoriamente o currículo a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, além do Ensino Médio. Sua presença na grade, porém, precisa se converter em aprendizagem. Carga horária reduzida, pouco contato com a língua e práticas centradas na memorização de regras dificultam esse avanço. Após anos de aulas, muitos jovens ainda se sentem inseguros para conversar ou expor suas ideias.

Em uma economia globalizada, essa limitação restringe oportunidades. O inglês amplia o acesso à produção científica, às novas tecnologias, ao Ensino Superior e ao trabalho.

Também permite conhecer outras culturas e dialogar com diferentes perspectivas.

O próprio Pisa reconheceu essa importância. A edição de 2025 incluiu uma avaliação de inglês como língua estrangeira, com leitura, compreensão oral e fala. O Brasil participou do Pisa, mas não aderiu ao módulo opcional. Os resultados, previstos para 2027, deverão mostrar níveis de proficiência e como os estudantes aprendem e praticam o idioma.

Parte das escolas privadas tem avançado com programas bilíngues desde os primeiros anos. Ao integrar projetos, interações e conteúdos, o inglês se torna ferramenta de comunicação. A fluência envolve também repertório cultural, confiança e escuta, construídos com mediação humana.

Seria positivo que o Brasil aderisse às próximas avaliações de inglês do Pisa. Os dados ajudariam a identificar desigualdades e orientar melhorias no ensino. Se o idioma já é obrigatório, precisamos saber quanto os estudantes aprendem e garantir que essa formação lhes dê autonomia para participar de um mundo conectado.

CEO do Grupo Rhyzos

Leia o artigo "A 'plataformização' do trabalhador e seus dilemas jurídicos", de Alexandre Ogusuku, em www.jornaldocomercio.com